

## GLOBAL PEACE INDEX E AS VARIÁVEIS OCULTAS EM TORNO DA REALIDADE BRASILEIRA

THE GLOBAL PEACE INDEX AND THE HIDDEN VARIABLES SURROUNDING BRAZILIAN REALITY

EL ÍNDICE DE PAZ GLOBAL Y LAS VARIABLES OCULTAS QUE RODEAN LA REALIDAD BRASILEÑA

Rafael Gustavo Cavichiolo<sup>1</sup>, Nei Alberto Salles Filho<sup>2</sup>

DOI: 10.54899/dcs.v22i85.4041

Recibido: 17/11/2025 | Aceptado: 10/12/2025 | Publicación en línea: 15/12/2025.

### RESUMO

O Global Peace Index organizado pelo Institute for Economics & Peace é o medidor utilizado para identificar a situação de paz no cenário internacional. Este indicador desdobra-se em três eixos: segurança e proteção social; extensão de conflito interno e internacional; e, grau de militarização. No Brasil o Atlas da Violência é o principal indicador utilizado para aferição dos conflitos e austeridades registradas na sociedade, pois o seu principal enfoque são as mortes violentas e os homicídios intencionais. Iniciativas como o Índice de Progresso Social possibilitam um aprofundamento mais específico em torno de situações que observam aspectos da pacificidade. A partir de uma pesquisa exploratória, tendo como fonte as pesquisas bibliográficas e documentais, este artigo objetiva estabelecer comparações com dados e indicadores brasileiros relacionados com a violência direta, estrutural e cultural.

**Palavras-chave:** *Global Peace Index*. Violência Estrutural. Pacificação Social. Progresso Social.

### ABSTRACT

The Global Peace Index, organized by the Institute for Economics & Peace, is the metric used to identify the state of peace in the international arena. This indicator unfolds into three axes: security and social protection; extent of internal and international conflict; and degree of militarization. In Brazil, the Atlas of Violence is the main indicator used to measure conflicts and hardships recorded in society, as its main focus is on violent deaths and intentional homicides. Initiatives such as the Social Progress Index allow for a more specific in-depth analysis of situations that observe aspects of peacefulness. Based on exploratory research, using bibliographic and documentary sources, this article aims to establish comparisons with Brazilian data and indicators related to direct, structural, and cultural violence.

**Keywords:** Global Peace Index. Structural Violence. Social Pacification. Social Progress.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.  
E-mail: raguscav@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8751-8416>

<sup>2</sup> Doutor em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.  
E-mail: nei.uepg@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4231-2988>

## RESUMEN

El Índice de Paz Global, organizado por el Instituto para la Economía y la Paz, es la métrica utilizada para identificar el estado de paz en el ámbito internacional. Este indicador se desglosa en tres ejes: seguridad y protección social; magnitud del conflicto interno e internacional; y grado de militarización. En Brasil, el Atlas de la Violencia es el principal indicador utilizado para medir los conflictos y las dificultades registradas en la sociedad, ya que se centra principalmente en las muertes violentas y los homicidios intencionales. Iniciativas como el Índice de Progreso Social permiten un análisis más específico y profundo de situaciones que observan aspectos de la paz. A partir de una investigación exploratoria, utilizando fuentes bibliográficas y documentales, este artículo busca establecer comparaciones con datos e indicadores brasileños relacionados con la violencia directa, estructural y cultural.

**Palabras clave:** Índice de Paz Global. Violencia Estructural. Pacificación Social. Progreso Social.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

---

## ASPECTOS INTRODUTÓRIOS SOBRE O GPI

O *Global Peace Index – GPI* é uma publicação feita pelo *Institute for Economics & Peace* – IEP, tendo como propósito a indicação da situação de paz em relação ao cenário internacional. Criado em 2007, com abrangência que atinge mais de 160 países, o GPI chega a alcançar 99,7% da população planetária, sendo divulgado anualmente no mês de junho (IEP, 2025).

A sua organização é articulada em três níveis: a) segurança e proteção social; b) extensão de conflito interno e internacional em curso; e, c) grau de militarização (IEP, 2025).

Esses três níveis reúnem uma série de dados e informações específicas, que permitem avaliar com maior abrangência o estado de paz no âmbito global. Cada um destes níveis é composto por indicadores qualitativos e quantitativos, que ao todo, representam vinte e três componentes.

O nível segurança e proteção ambiental é aquele formado pelo maior número componentes, onze. Nele, o GPI é obtido a partir da avaliação dos seguintes indicadores: i. Nível de criminalidade percebida, tratando-se de uma avaliação qualitativa; ii. Número de refugiados e deslocados internos (porcentagem da população e tendências semestrais); iii. Instabilidade política, obtida a partir de análises qualitativas; iv. Escala de Terror Político (PTS, 2025 *apud* Gibney, Mark, Linda Cornett, Reed Wood, Peter Haschke, Daniel Arnon e Attilio Pisanò, 2019);

v. Impacto do terrorismo, conforme índice específico divulgado pela IEP; vi. Número de homicídios por 100 mil habitantes; vii. Nível de criminalidade violenta, qualitativamente avaliado; viii. Manifestações violentas, obtida a partir de dados que relacionam eventos e conflitos armados; ix. Número de encarcerados por 100 mil habitantes; x. Número de agentes de segurança interna por 100 mil habitantes, estabelecido de forma estimada; e, xi. Facilidade de acesso a armas leves e de pequeno porte, obtida a partir de avaliações qualitativas (IEP, 2025).

No caso dos conflitos internos e internacionais em curso, parte componente do segundo nível do GPI, são avaliados seis indicadores: i. Número e duração dos conflitos internos (mortes em batalhas, conflitos não estatais, dados de violência unilateral); ii. Número de mortes por conflitos organizados externos; iii. Número de mortes por conflito organizado interno; iv. Número, duração e papel em conflitos externos; e, v. Intensidade do conflito interno organizado, com análise qualitativa; vi. Relações com países vizinhos, também com análise qualitativa (IEP, 2025).

O terceiro nível do GPI está relacionado com a militarização, com observância aos seis últimos indicadores: i. Despesas militares consideradas a partir do percentual empregado em relação ao Produto Interno Bruto, feito a partir de estimativas elaboradas pelo *International Institute for Strategic Studies* (IISS, 2025); ii. Número de militares por 100 habitantes; iii. Número de armas convencionais importadas, por 100 mil habitantes; iv. Volume de transferência de armas convencionais como fornecedor e exportador, por 100 mil habitantes; v. Contribuições financeiras para as missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU); vi. Capacidade de armas nucleares e facilidade de acesso a armamento pesado (IEP, 2025).

A partir destes indicadores, há um agrupamento para fins de atribuição de uma pontuação geral que é feita de maneira ponderada, conforme cada variável analisada e considerando a ordem crescente, ou seja, os países com menores pontuações posicionam-se nas primeiras colocações enquanto aqueles que possuem o maior score ocupam as piores posições (IEP, 2025).

Embora não seja objeto do presente texto a incursão em minúcias metodológicas relativas ao GPI, chama atenção a quantidade de componentes que possuem avaliação qualitativa. No caso do primeiro agrupamento, são quatro, no segundo agrupamento dois e no último nenhuma. Outro ponto a chamar atenção é o emprego de indicadores construídos a partir de estimativas (IEP, 2025).

Não se questiona o emprego de variáveis qualitativas ou do emprego de estimativas, contudo, ao se estabelecer um aprofundamento em torno do GPI, percebe-se que situações

peculiares a qualquer local avaliado, muitas vezes passam à margem de um aprofundamento maior.

Para ilustrar alguns dados elaboramos um agrupamento para três triênios específicos. O primeiro que envolve os primeiros anos da divulgação 2008-2010, o segundo 2016-2018 e o terceiro entre 2023-2025. A cada período avaliado houve uma pequena variação em torno do conjunto de países avaliados, e isso é indicado em cada quadro, que também apresenta os melhores e piores posicionados, o respectivo score e a situação brasileira.

Quadro 1: Primeiro agrupamento 2008-2010.

Quadro 1. Primeiro agrupamento 2008-2010.

| 2008                           |               |       |         |             |       |
|--------------------------------|---------------|-------|---------|-------------|-------|
| Ranking                        | País          | Score | Ranking | País        | Score |
| 1º                             | Islândia      | 1,111 | 157º    | Sudão       | 2,939 |
| 2º                             | Dinamarca     | 1,262 | 158º    | Rússia      | 2,944 |
| 3º                             | Nova Zelândia | 1,335 | 159º    | Somália     | 3,056 |
| 4º                             | Áustria       | 1,336 | 160º    | Afeganistão | 3,125 |
| 5º                             | Eslovênia     | 1,349 | 161º    | Iraque      | 3,389 |
| Brasil                         |               |       |         |             |       |
| Posição                        |               | 91º   | Score   |             | 2,014 |
| Quantidade de países avaliados |               |       |         |             | 161   |
| 2009                           |               |       |         |             |       |
| Ranking                        | País          | Score | Ranking | País        | Score |
| 1º                             | Islândia      | 1,143 | 157º    | Sudão       | 2,965 |
| 2º                             | Dinamarca     | 1,286 | 158º    | Rússia      | 3,028 |
| 3º                             | Nova Zelândia | 1,330 | 159º    | Somália     | 3,126 |
| 4º                             | Áustria       | 1,352 | 160º    | Afeganistão | 3,242 |
| 5º                             | Finlândia     | 1,362 | 161º    | Iraque      | 3,334 |
| Brasil                         |               |       |         |             |       |
| Posição                        |               | 83º   | Score   |             | 1,976 |
| Quantidade de países avaliados |               |       |         |             | 161   |
| 2010                           |               |       |         |             |       |
| Ranking                        | País          | Score | Ranking | País        | Score |
| 1º                             | Islândia      | 1,119 | 157º    | Sudão       | 2,909 |
| 2º                             | Dinamarca     | 1,309 | 158º    | Rússia      | 2,972 |
| 3º                             | Nova Zelândia | 1,324 | 159º    | Afeganistão | 3,130 |
| 4º                             | Eslovênia     | 1,351 | 160º    | Somália     | 3,218 |
| 5º                             | Áustria       | 1,369 | 161º    | Iraque      | 3,343 |
| Brasil                         |               |       |         |             |       |
| Posição                        |               | 88º   | Score   |             | 2,013 |
| Quantidade de países avaliados |               |       |         |             |       |

Fonte: IEP, 2025.

Quadro 2: Segundo agrupamento 2016-2018.

| 2016    |               |       |         |              |       |
|---------|---------------|-------|---------|--------------|-------|
| Ranking | País          | Score | Ranking | País         | Score |
| 1º      | Islândia      | 1,149 | 159º    | Iêmen        | 3,230 |
| 2º      | Dinamarca     | 1,253 | 160º    | Sudão do Sul | 3,275 |
| 3º      | Áustria       | 1,256 | 161º    | Síria        | 3,332 |
| 4º      | Nova Zelândia | 1,297 | 162º    | Afeganistão  | 3,371 |
| 5º      | Portugal      | 1,311 | 163º    | Iraque       | 3,384 |

| Brasil                         |               |       |         |              |       |
|--------------------------------|---------------|-------|---------|--------------|-------|
| Posição                        | 124°          | Score |         |              | 2,226 |
| Quantidade de países avaliados |               |       |         |              | 163   |
| 2017                           |               |       |         |              |       |
| Ranking                        | País          | Score | Ranking | País         | Score |
| 1°                             | Islândia      | 1,136 | 159°    | Iêmen        | 3,155 |
| 2°                             | Portugal      | 1,282 | 160°    | Sudão do Sul | 3,234 |
| 3°                             | Nova Zelândia | 1,310 | 161°    | Síria        | 3,354 |
| 4°                             | Dinamarca     | 1,322 | 162°    | Iraque       | 3,378 |
| 5°                             | Áustria       | 1,329 | 163°    | Afganistão   | 3,427 |
| Brasil                         |               |       |         |              |       |
| Posição                        | 125°          | Score |         |              | 2,282 |
| Quantidade de países avaliados |               |       |         |              | 163   |
| 2018                           |               |       |         |              |       |
| Ranking                        | País          | Score | Ranking | País         | Score |
| 1°                             | Islândia      | 1,131 | 159°    | Iêmen        | 3,151 |
| 2°                             | Nova Zelândia | 1,245 | 160°    | Iraque       | 3,290 |
| 3°                             | Áustria       | 1,279 | 161°    | Sudão do Sul | 3,308 |
| 4°                             | Portugal      | 1,297 | 162°    | Síria        | 3,341 |
| 5°                             | Dinamarca     | 1,326 | 163°    | Afganistão   | 3,564 |
| Brasil                         |               |       |         |              |       |
| Posição                        | 130°          | Score |         |              | 2,345 |
| Quantidade de países avaliados |               |       |         |              | 163   |

Fonte: IEP, 2025.

Quadro 3: Terceiro agrupamento 2023-2025.

| 2023                           |               |       |         |                                |       |
|--------------------------------|---------------|-------|---------|--------------------------------|-------|
| Ranking                        | País          | Score | Ranking | País                           | Score |
| 1°                             | Islândia      | 1,091 | 159°    | Iêmen                          | 3,200 |
| 2°                             | Nova Zelândia | 1,287 | 160°    | Sudão do Sul                   | 3,207 |
| 3°                             | Áustria       | 1,291 | 161°    | Rússia                         | 3,214 |
| 4°                             | Irlanda       | 1,297 | 162°    | Afganistão                     | 3,223 |
| 5°                             | Dinamarca     | 1,316 | 163°    | República Democrática do Congo | 3,245 |
| Brasil                         |               |       |         |                                |       |
| Posição                        | 131°          | Score |         |                                | 2,486 |
| Quantidade de países avaliados |               |       |         |                                | 163   |
| 2024                           |               |       |         |                                |       |
| Ranking                        | País          | Score | Ranking | País                           | Score |
| 1°                             | Islândia      | 1,117 | 159°    | Ucrânia                        | 3,174 |
| 2°                             | Irlanda       | 1,267 | 160°    | Afganistão                     | 3,220 |
| 3°                             | Áustria       | 1,297 | 161°    | Rússia                         | 3,232 |
| 4°                             | Suíça         | 1,311 | 162°    | Iêmen                          | 3,260 |
| 5°                             | Nova Zelândia | 1,323 | 163°    | Sudão                          | 3,303 |
| Brasil                         |               |       |         |                                |       |
| Posição                        | 131°          | Score |         |                                | 2,496 |
| Quantidade de países avaliados |               |       |         |                                | 163   |
| 2025                           |               |       |         |                                |       |
| Ranking                        | País          | Score | Ranking | País                           | Score |
| 1°                             | Islândia      | 1,095 | 159°    | Iêmen                          | 3,262 |
| 2°                             | Irlanda       | 1,260 | 160°    | República Democrática do Congo | 3,292 |
| 3°                             | Nova Zelândia | 1,262 | 161°    | Sudão                          | 3,323 |
| 4°                             | Áustria       | 1,294 | 162°    | Ucrânia                        | 3,434 |
| 4°                             | Suíça         | 1,294 | 163°    | Rússia                         | 3,441 |
| Brasil                         |               |       |         |                                |       |
| Posição                        | 130°          | Score |         |                                | 2,472 |

|  |                                |     |
|--|--------------------------------|-----|
|  | Quantidade de países avaliados | 163 |
|--|--------------------------------|-----|

Fonte: IEP, 2025.

O panorama anteriormente traçado auxilia na compreensão relativa ao posicionamento e scores obtidos em torno das piores e melhores posições. Em praticamente todos os triênios o Brasil permaneceu em um posicionamento intermediário, com exceção do ano de 2010, quando ficou na 88ª posição.

Em relação ao menor score observado, e período mais pacífico das séries anteriores, a Islândia (que se manteve no topo em todas as avaliações) obteve 1,091 pontos. Isso foi em 2023, quando a República Democrática do Congo ocupou a pior posição, com a pontuação de 3,245. Naquele ano o Brasil ficou na 131ª posição, com 2,496 pontos em seu score.

Ao se observar a parte de baixo do ranking, o Afeganistão obteve a pior posição em 2018, com um score de 3,564. Naquele ano, dentre outros problemas internos e internacionais, o país registrou 8.050 vítimas civis nos primeiros nove meses, com 2.798 mortos e 5.252 feridos (ONU, 2018) em um conflito que perdurou por mais de 20 anos (2001/2021).

Considerando a organização anterior, o formato do GPI e os indicadores que estão distribuídos nos três grupos, percebe-se que o principal enfoque analítico reside nos aspectos de violência e belicosidade, que podem ser compreendidos no sentido da paz como ausência de guerra. Este enfoque revela uma situação importante, uma vez que a guerra é “uma forma particular de violência onde ao menos uma das partes é um governo” (Galtung; Fischer, 2013, p. 36, tradução nossa). Portanto, compreender o GIP também é entender um pouco como funcionam as tensões e conflitos no âmbito dos governos, ou quiçá, do próprio Estado.

Foge-se, em certa medida, da análise da paz, que ao rigor do enorme esforço promovido por Mahatma Gandhi (Mohandas Karamchand Gandhi, a “Grande Alma”), deveria perseguir a não violência.

Nota-se que não há no âmbito das variáveis que compõe o GIP “as três preocupações básicas da ação não violenta” (Galtung; Fischer, 2013, p. 92, tradução nossa), onde o melhor entendimento impõe que inicialmente “a ação seja direcionada contra a relação ruim entre o Eu e o Outro, não contra o Outro em si” (Idem, tradução nossa), para que posteriormente “a ação construa amor em vez de ódio, e comportamento pacífico em vez de violento” (Ibidem, tradução nossa), e por fim “que o Outro seja sempre convidado a compartilhar essa experiência enriquecedora — incluindo a garantia de que há espaço para ele em uma sociedade futura” (Ibidem, tradução nossa). Obviamente que tais circunstâncias e peculiaridades demandariam

considerável esforço em torno de infindáveis análises qualitativas, inviabilizando, em certa medida a construção de um índice. Todavia, servem como parâmetro reflexivo para que possamos avançar na análise em torno da situação brasileira.

## BRASIL: O RANQUEAMENTO NO GPI E O ATLAS DA VIOLÊNCIA

O Brasil pode ser considerado um país-continente. Sua cultura, formação territorial e populacional, os costumes, e uma série de outros peculiares, impõem análises que refogem a um contexto simplista e meramente numérico. Para cada local do país existem pormenores onde um levantamento mais abrangente deixaria escapar várias minúcias. Mesmo assim, necessitamos estabelecer alguns parâmetros analíticos para entender como o posicionamento do país no GPI revela situações que boa parte da população já conhece e vivencia em seu cotidiano. Todavia, tal contexto parece ainda ser desconhecido em termos das decisões estatais e formulação de políticas públicas (de Estado, principalmente, ou seja, aquelas que ultrapassam governos e estão enraizadas nos mecanismos estatais).

Em 2025 o Brasil alcançou um score geral 2,472 pontos, ficando na 130ª posição, diferentemente do que ocorreu em 2010, quando a sua posição no ranking foi a 88ª, somando 2,013 pontos, ou 459 milésimos a menos que na última avaliação. Lembremos que o GPI considera os valores decrescentes para estabelecer as melhores posições.

Para ilustrar a situação dos dois anos, 2010 e 2025, foram tabuladas as informações a partir do ferramental de mapas e dados disponibilizado pela *Vision of Humanity* (2025), que considera individualmente os vinte e três componentes do GPI, conforme os seus níveis de maneira isolada e conjunta.

Quadro 4: Decodificação das 23 variáveis para os anos de 2010 e 2025 no GPI em relação ao Brasil.

| BRASIL                                                        |            |            |
|---------------------------------------------------------------|------------|------------|
| SEGURANÇA E PROTEÇÃO SOCIAL                                   |            |            |
| Indicador                                                     | Score 2010 | Score 2025 |
| Nível de criminalidade percebida                              | 4,400      | 3,400      |
| Número de refugiados e deslocados internos                    | 1,000      | 1,001      |
| Instabilidade política                                        | 2,125      | 1,625      |
| Escala de Terror Político                                     | 3,500      | 4,000      |
| Impacto do terrorismo                                         | 1,169      | 1,572      |
| Número de homicídios por 100 mil habitantes                   | 5,000      | 5,000      |
| Nível de criminalidade violenta                               | 4,000      | 5,000      |
| Manifestações violentas                                       | 3,000      | 3,500      |
| Número de encarcerados por 100 mil habitantes                 | 3,803      | 4,230      |
| Número de agentes de segurança interna por 100 mil habitantes | 2,319      | 2,269      |

|                                                                           |              |              |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Facilidade de acesso a armas leves e de pequeno porte                     | 4,000        | 4,000        |
| <b>Total para o agrupamento Segurança e Proteção Social</b>               | <b>3,100</b> | <b>3,231</b> |
| <b>EXTENSÃO DE CONFLITO INTERNO E INTERNACIONAL EM CURSO</b>              |              |              |
| Número e duração dos conflitos internos travado                           | 1,526        | 4,789        |
| Número de mortes por conflitos organizados externos                       | 1,000        | 1,000        |
| Número de mortes por conflito organizado interno                          | 3,474        | 3,241        |
| Número, duração e papel em conflitos externos                             | 1,400        | 2,000        |
| Intensidade do conflito interno organizado                                | 1,000        | 2,500        |
| Relações com países vizinhos                                              | 1,000        | 1,000        |
| <b>Total para o agrupamento Conflito Interno e Internacional em Curso</b> | <b>1,589</b> | <b>2,135</b> |
| <b>GRAU DE MILITARIZAÇÃO</b>                                              |              |              |
| Despesas militares consideradas a partir de % PIB                         | 1,688        | 1,531        |
| Número de militares por 100 habitantes                                    | 1,272        | 1,268        |
| Número de armas convencionais importadas, por 100 mil habitantes          | 1,059        | 1,096        |
| Transferência de armas convencionais como fornecedor e exportador         | 1,036        | 1,055        |
| Contribuições financeiras para as missões de paz da ONU                   | 4,331        | 1,000        |
| Capacidade de armas nucleares e facilidade de acesso a armamento pesado   | 1,483        | 1,096        |
| <b>Total para o agrupamento Grau de Militarização</b>                     | <b>2,133</b> | <b>1,706</b> |
| <b>Score Final</b>                                                        | <b>2,013</b> | <b>2,472</b> |

Fonte: Vision of Humanity (2025).

O quadro permite identificar cada variável isolada nos três níveis de avaliação do GPI, facilitando as comparações entre o pior e melhor resultado obtido pelo Brasil nos anos de 2010 e 2025. Cada uma das vinte e três variáveis recebem uma pontuação variável entre 0 e 5, permitindo a composição do índice, que também emprega ponderações para determinadas variáveis. Optamos por fazer a comparação entre o ano em que o Brasil ficou melhor posicionado no ranking e a última avaliação divulgada pela IEP em junho de 2025.

Conforme é possível identificar no quadro anterior, as piores pontuações obtidas pelo Brasil estão relacionadas ao eixo segurança e proteção social (score obtido 3100 pontos em 2010 e 3231 em 2025), sendo representada pelos indicadores relacionados com o nível de criminalidade percebida (4,400 em 2010 e 3,400 em 2025), número de homicídios por 100 mil/habitantes (em ambos os anos 5,000), nível de criminalidade violenta (4,000 em 2010 e 5,000 em 2025), pessoas encarceradas (3,803 em 2010 e 4,230 em 2025) e facilidade de acesso às armas leves (4,000 para os dois anos avaliados). Para o nível relativo aos conflitos internos e internacionais (1,589 para 2010 e 2,135 para 2025), o pior indicador observado foi o número de mortes nos conflitos internos organizados (3,474 para 2010 e 3,241 para 2025). Em relação ao aspecto da militarização (2,133 em 2010 e 1,706 em 2025) o pior desempenho foi indicador verificado foram as contribuições financeiras do país em favor das missões de paz da ONU (score 4,331). Neste caso a explicação pode estar vinculada ao aumento da necessidade de financiamento do governo entre 2010, 2012 e 2013, com déficits orçamentários registrados naquele período, respectivamente em R\$ 120,65 bilhões (-3,1% do PIB), R\$ 91,7 bilhões (-1,9% do PIB) e 165,9 bilhões (-3,2% do PIB), (IBGE,

2015). Observa-se que o nível de militarização foi reduzido consideravelmente nas duas avaliações, não sendo o componente a chamar maior atenção. Contrariamente a ele, o primeiro nível é aquele que pode revelar mas maiores contradições brasileiras, já que boa parte de sua explicação está alicerçada nas variáveis humanas.

Nota-se, a partir da tabulação dos dados, que os principais indicadores que reduzem o posicionamento brasileiro frente ao GPI estão ligados à violência pessoal, boa parte delas entrelaçada com o emprego de armas de fogo leves, cuja legislação nacional é bastante restritiva, no sentido de proibir em todo o território o seu porte, reservando-o somente para os integrantes das forças nacionais de segurança, militares, agentes de segurança privada, auditores fiscais e membros do Poder Judiciário e Ministério Público (Brasil, 2003).

Reside no ser humano a principal fonte dos indicativos que empurram nosso país para a posição intermediária do ranking geral, especialmente porque eles são decorrentes de uma problemática maior, a violência direta, estrutural e cultural, objeto de análise no próximo tópico.

## **A VIOLÊNCIA, PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Os casos de homicídios, níveis de criminalidade violenta, quantidade de pessoas presas e o acesso a armas de pequeno porte, impulsionam o país para as piores posições no GPI. Tal estado de coisas é decorrente do enorme nível de desigualdade material e financeira existente na região e no próprio território nacional, caracterizando o que Galtung classificou como violência indireta ou estrutural, cuja principal característica é a negligência, o abandono, a inação, a desigualdade gritante e as estruturas sociais injustas (Galtung; Fischer, 2013).

No caso da taxa de homicídios e crimes violentos o valor obtido foi o máximo possível, 5 para 2010 e 2025. Já em termos de importação e exportação de armas, os índices encontrados foram medianos. Isso se repetiu na questão dos deslocamentos internos e conflitos externos. Em uma percepção geral e relativa ao GPI-2010 e GPI-2025, o país obteve os seus piores resultados na questão da violência humana, cujos indicadores não são nada favoráveis.

O Atlas de Violência, criado em 2016 e gerido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), “reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Ipea sobre violência e segurança pública” (Atlas da Violência, 2025).

Nas últimas edições os principais números apresentados referem-se aos homicídios

intencionais e mortes violentas. “Entre 2022 e 2023, houve redução de 2,3% na taxa de homicídio por 100 mil habitantes no país. Com isso, o Brasil atingiu o índice de 21,2, o menor dos últimos 11 anos. Em 2023, 45.747 pessoas perderam as vidas em face dos homicídios” (Ipea, 2025, p. 8). Em relação às mortes no trânsito, os números também não são nada animadores.

Entre 2011 e 2020 a ONU declarou como sendo a década de ações voltadas para a segurança no trânsito. Neste período foi observada a redução global de mortes no trânsito em 5%, enquanto o no Brasil, que era o quinto país mais violento no trânsito, ocorreu o contrário, um crescimento em 2,3% (Ipea, 2025). Esses dados podem ser compreendidos de forma mais fácil quando apresentados de maneira cronológica com as suas respectivas variações durante o período.

Quadro 5: Taxa de homicídios por 100 mil/hab (2013 – 2023).

| Taxa de homicídios registrados por 100 mil habitantes |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      | Variação em % |             |             |
|-------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|---------------|-------------|-------------|
| 2013                                                  | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2013 a 2023   | 2022 a 2023 | 2018 a 2023 |
| 28,8                                                  | 30,1 | 29,1 | 30,6 | 31,8 | 27,9 | 21,7 | 23,6 | 22,5 | 21,7 | 21,2 | - 26,4%       | -2,3%       | -24,0%      |

Fonte: Ipea, 2025, p. 14)

Quadro 6: Taxa de óbitos em acidentes de trânsito por 100 mil/hab (2013 – 2023).

| Taxa de óbitos em acidentes de trânsito por 100 mil habitantes |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      | Variação em % |             |             |
|----------------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|---------------|-------------|-------------|
| 2013                                                           | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2013 a 2023   | 2022 a 2023 | 2018 a 2023 |
| 21,2                                                           | 21,8 | 19,1 | 18,3 | 17,2 | 15,7 | 15,2 | 15,5 | 15,9 | 15,8 | 16,2 | - 23,6%       | 2,5%        | 3,2%        |

Fonte: Ipea (2025, p. 14).

Conforme anteriormente exposto nos quadros 5 e 6, houve uma redução de 26,4% na taxa de homicídios por 100mil/hab para o período de 2013 a 2023, algo que também foi observado em relação aos acidentes de trânsito, 23,6%. Mesmo com as reduções os números absolutos são alarmantes, pois contabilizam 45.747 (homicídios) e 34.881 (trânsito) mortes em 2023, totalizando 80.628 óbitos (IPEA, 2025). Se as mortes decorrentes de homicídio são um grave indicador, a situação do trânsito não é melhor. Em 2023 o principal fator que contribuiu para as mortes no trânsito foram os acidentes com motocicletas, cujo crescimento tem se apresentado como uma constante. Embora tenha sido registrado um decréscimo no período de 2013 a 2023 em relação ao total de acidentes, aqueles que envolveram motocicletas cresceram 5%, com 13.477 mortes registradas em 2023 (Ipea, 2025).

O cenário constatado pelo IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública evidencia um claro sintoma correlato à estrutura social brasileira. Não se trata de mera conjuntura, pois ainda

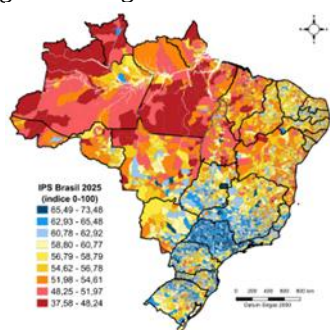
registramos mais de 20 homicídios e 16 óbitos em acidentes por grupo de 100 mil/hab. Para que se possa estabelecer um quadro comparativo esta taxa é de 19,6 para a América Latina e Caribe, enquanto a taxa global é 5,6 (Instituto Igarapé, 2025).

Diante dos resultados observados, especialmente voltados para a percepção da “não paz”, ou seja, da violência, procurou-se um alargamento em relação à situação social nas terras brasileiras, analisando-se um indicador produzido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e voltado para as questões humanas e ambientais. Trata-se do Índice de Progresso Social do Brasil (IPS), que inicialmente foi desenvolvido para observar a situação da Amazônia Legal Brasileira, com bases de consulta disponíveis para os anos de 2014, 2018, 2021 e 2023, compreendendo dados de 772 municípios daquela região. Para 2025 o Imazon foi além, divulgando este mesmo índice para todos os 5570 municípios do país, o que foi feito a partir da análise de 57 indicadores (IPS Brasil, 2025).

O índice possui um caráter multidimensional, com a sua organização feita também a partir de três eixos: a) necessidades humanas básicas: nutrição e cuidados médicos básicos, água e saneamento, moradia e segurança pessoal; b) fundamentos do bem-estar: acesso ao conhecimento básico, acesso à informação e comunicação, saúde e bem-estar e qualidade do meio ambiente; c) oportunidades: direitos individuais, liberdades individuais e de escolha, inclusão social e acesso à educação superior (IPS Brasil, 2025).

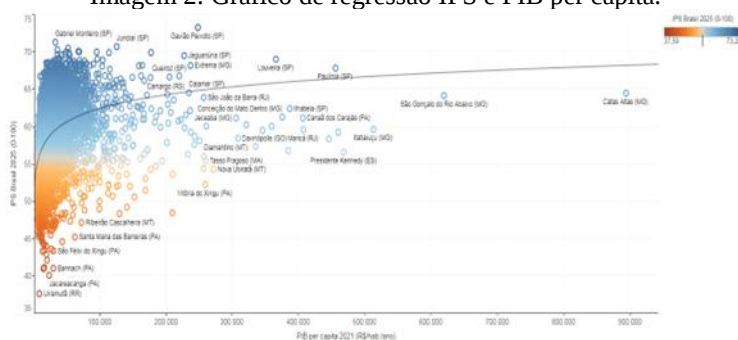
Para cada agrupamento relacionado aos três eixos são utilizados diferentes indicadores, permitindo a formação de um score para cada município, tornando viável as comparações entre municípios, analisar indicadores de forma individualizada para cada eixo, como também, identificar a situação a partir de mapas e gráficos com diferentes cores. As imagens abaixo ilustram a situação do IPS Brasil para o ano de 2025:

Imagem 1: Imagem do cenário nacional.



Fonte: IPS Brasil, 2025.

Imagem 2: Gráfico de regressão IPS e PIB per capita.



Fonte: IPS Brasil, 2025.

Ao ilustrar os resultados relacionados ao indicador, é possível estabelecer uma comparação entre o mapa brasileiro e o gráfico de regressão entre PIB per capita 2021 (R\$/hab/ano) e IPS Brasil 2025. No caso da Imagem 1, os tons azuis indicam as regiões cujo progresso social é mais evidente (região Sudeste, principalmente). Já em relação ao gráfico, é clara a correlação estatística entre o IPS e o Produto Interno Bruto – PIB, especialmente caracterizada pela concentração (mancha) dos dados na parte esquerda da Imagem 2, que também identifica alguma dispersão no seu lado direito. Neste caso elas servem para indicar situações peculiares que merecem uma análise mais aprofundada. Embora o IPS tenha o registro histórico iniciado em 2024 “devido a mudanças nos indicadores e tratamentos estatísticos, os dados do IPS Brasil 2024 e IPS Brasil 2025 não são estritamente comparáveis” (IPS Brasil, 2025), o que inviabiliza uma análise histórica.

Contudo, é possível estabelecer um quadro comparativo entre os cinco piores e melhores municípios no IPS Brasil 2025, inserindo no conjunto de informações o número de homicídios, extraído do Atlas da Violência, e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, divulgado pelo Atlas Brasil.

Quadro 7: Comparativos IPS, Homicídios 2022 e IDH/Posição.

| Melhores Posições IPS 2025 |          |                    |                    |
|----------------------------|----------|--------------------|--------------------|
| Município                  | IPS      | Homicídios em 2022 | IDH/2022 - Posição |
| Gavião Peixoto (SP)        | 73,26    | 1                  | 0,719 - 1131º      |
| Gabriel Monteiro (SP)      | 71,29    | 0                  | 0,763 - 320º       |
| Jundiaí (SP)               | 70,70    | 0                  | 0,822 - 11º        |
| Águas de São Pedro (SP)    | 70,51    | 1                  | 0,854 - 2º         |
| Cândido Rodrigues (SP)     | 70,26    | 0                  | 0,789 - 71º        |
| Piores Posições IPS 2025   |          |                    |                    |
| Município                  | IPS 2025 | Homicídios em 2022 | IDH/2022 - Posição |
| Uiramutã (RR)              | 37,59    | 3                  | 0,453 - 5560º      |
| Jacareacanga (PA)          | 40,04    | 7                  | 0,505 - 5515º      |
| Amajari (RR)               | 40,95    | 6                  | 0,484 - 5550º      |
| Bannach (PA)               | 40,99    | 3                  | 0,594 - 4284º      |

Fontes: IPS (2025), Ipea (2025) e AtlasBR (2025)

A partir da organização das informações e do quadro comparativo é possível constar que existe uma clara correspondência entre o IPS 2025 e o IDH 2022 em relação aos municípios de Jundiaí, Águas de São Pedro e Cândido Rodrigues, todos localizados no Estado de São Paulo. Dentre eles, apenas Águas de São Pedro registrou um homicídio no período. Já em relação aos piores posicionados, foi possível constatar também a correlação entre o IPS 2025 e o IDH 2022, já que todo o agrupamento ocupa os piores lugares no ranking geral, com classificações baixa (0,500 - 0,599) e muito baixa (0,000 - 0,499), em oposição a aqueles que estão nas primeiras posições, com classificações alta (0,700 - 0,799) e muito alta (0,800 - 1,000) no IDH/2022. No caso dos homicídios todos os piores posicionados apresentaram registros no ano de 2022. Isso deixa evidente a zona abissal ainda existente entre a região Norte e a região Sudeste do Brasil, conforme observado na Imagem 1.

Diante da organização das informações anteriores, é possível estabelecer algumas premissas teóricas e indicativas das principais causas do sistema estrutural relativo à violência humana no Brasil.

## CONCLUSÃO

A situação da violência brasileira pode ser observada a partir de situações pontuais, como é o caso dos homicídios, ou ainda, diante de um contexto mais longo, o qual permite observar as causas que fomentaram e ainda fomentam esse quadro estruturante da realidade nacional.

Se atualmente as mortes violentas constatadas principalmente a partir de homicídios intencionais e óbitos no trânsito estabelecem o formato da organização dos dados no âmbito brasileiro, outrora isso já foi observado a partir da violência existente na própria casa, naquela

praticada pelo Estado no emprego das suas forças de segurança para contenção de grupos sociais de despossuídos onde o fenótipo parece servir de guia orientativo para as mais diversas sevícias, como também, diante de crises políticas de autoritarismo e do linchamento público promovido a partir da autotutela invocada por multidões (Paoli *et al*, 1982).

No caso do trânsito é extremamente difícil estabelecer quais são as principais causas, sendo certo que boa parte da frota brasileira é composta por veículos de uso particular, muitos deles utilizados individualmente em um espaço coletivo, o trânsito. Talvez uma das principais mazelas que justificam os altos índices da violência e mortes em vias públicas seja a fraca coesão social da sociedade brasileira. O pressuposto no trânsito parece ser sempre o mesmo, o veículo individual, onde se poderia abrir mão de todo tipo de comportamento por ser um espaço privado, em oposição à sua necessidade de transitar em vias de domínio coletivo, que se organizam a partir de regras internacionalmente praticadas de sinalização viária, sujeitas ao controle e fiscalização estatal.

Há, naturalmente, um contrassenso nesse quadro que contrapõe o individual/privado ao público/coletivo. Os números absurdos antes apresentados escondem-se em uma mazela horripilante e assente nos hábitos e costumes brasileiros. Talvez o principal ponto fundante disso já tenha sido revelado em parte, pois a casa, naturalmente reconhecida como espaço privado absoluto opõe-se à rua. “Limpamos ritualmente a casa e sujamos a rua sem cerimônia ou pejo” (Damatta, 1997, p. 20), assim como “jogamos o lixo para fora de nossa calçada, portas e janelas; não obedecemos às regras de trânsito” (Idem), chegando ao absurdo de “depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um “problema do governo”! Na rua a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado” (Ibidem).

Existe, segundo Damatta uma terceira variável nesse cenário, o Estado/Governo. Ora, se compreendemos ser ele o principal agente responsável pelo trânsito, que em regra é ocupado a partir de espaços privados individuais (veículos) em vias públicas, parece que a conta não fecha. Há, inegavelmente um traço cultural que já está institucionalizado no país de que as coisas comuns são atribuições governamentais, ainda que assentem-se em deveres e obrigações distribuídas a todo grupo social. Segurança pública e trânsito são claros exemplos dessa situação.

Além desse nefasto quadro, cuja atenuação dos números parece constituir esforço monumental, é necessário considerar também a questão fundiária como uma das principais causas relativas à desigualdade material vivenciada pelo povo brasileiro, peculiarmente porque a “nossa

questão agrária nasce no processo de extinção da escravidão negra no século XIX” (Martins, 1997, p. 48), que a par das restrições impostas para a aquisição da propriedade territorial e do considerável deslocamento de europeus (especialmente) para país naquele período, impôs que “os escravos que fossem libertados da escravidão e os imigrantes que fossem trazidos para o país para substituí-los” (Idem) tivessem que trabalhar nas terras dos grandes proprietários, no intento de acumular recursos financeiros para posteriormente tentar se estabelecer, por suas expensas, nas terras disponíveis para ocupação.

Tal situação contribuiu de maneira decisiva para a distribuição de terras no Brasil. Todavia, também é ilustrativo o caráter especulativo atribuído à propriedade territorial, já que conjuntamente a esse estado de coisas, a política de subsídios e incentivos fiscais foi organizada a partir de créditos deferidos para os portadores dos títulos de propriedade, medida que viabilizou, em grande monta, a concessão de créditos gratuitos e juros baixos (Ibidem). Essa situação representa importante aspecto estrutural do país, não demonstrando qualquer sinal indicativo de mudança de rumo. Pinto *et al* (2020) apuraram que o Brasil possui uma mais concentradas ocupações de terra no planeta, com um índice Gini de 0,73 para a distribuição das propriedades territoriais. Os maiores imóveis estão localizados onde se produzem as commodities, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e na região do Matopiba, sendo inferior em locais onde a agricultura familiar e a diversificação são mais frequentes, como em Santa Catarina, no Amapá e no Espírito Santo (Pinto, *et al*, 2020). Conforme observado linhas acima, é justamente nos locais onde existem as maiores concentrações de terras que residem as maiores taxas de violência e os piores índices de progresso social e desenvolvimento humano.

Se a situação agrária é um importante fator a ser considerado em relação à situação estrutural, os costumes atuais também podem ser considerados como fonte intermitente e que impedem a reversão deste quadro. Se no passado a violência se manifestava, em regra, no formato físico e presencial, hoje ela também encontra o seu nascedouro nas fontes virtuais. Seja diante do ímpeto do consumo em suas diversas formas (tempo, bens materiais, bens culturais, experiências únicas, dentre outros), ou no claro isolamento proporcionado pelo uso de aparelhos celulares. O ciclo parece apenas se perpetuar.

Torna-se palpável considerar que a discussão dos aspectos correlatos à paz, embora advenham em grande parte das diversas formas de violência, induzem que outros caminhos sejam trilhados. Ainda que o Estado moderno esteja balizado em duas premissas fundantes, monopólio da violência e constrição patrimonial, recaí sobre ele a condução de grande parte dos processos

educacionais no planeta. No caso do Brasil há uma opção constitucional por direcionar um quarto de tudo que se arrecada para gastos com educação. Por tal razão, a educação e a promoção da cultura, voltadas para paz ganham importante destaque neste contexto.

No campo educacional a paz pode ser compreendida a partir de múltiplos aspectos, o que induz à necessidade de uma percepção holística em relação aos seus fundamentos. Neste processo é possível estimular, e especialmente institucionalizar, diversos aspectos que regem determinada sociedade, a exemplo de suas práticas religiosas, desportivas e artísticas, o seu lazer, as formas de convivência coletiva, a maneira como nos situamos no ambiente planetário, seja ele modificado pela intervenção humana ou não. Entretanto, um dos principais questionamentos relativos à cultura para a paz, reside na sua não imposição, evitando-se que isso possa caracterizar, intrinsecamente, um traço de violência (Galtung; Fischer, 2013).

Nesta lógica a educação é importante ferramenta, pois induz que a sociedade possa perceber os principais fundamentos em que pode se assentar a cultura voltada para a paz. Em termos pedagógicos é importante considerar o seu aspecto trans e interdisciplinar, como também, eixos orientativos que permitem o seu fortalecimento. Salles (2019) indica cinco caminhos possíveis para que isso possa ser construído: a) Pedagogia dos valores humanos, subjetivos e objetivos, observáveis a partir de diferentes contextos; b) Pedagogia dos direitos humanos, que nem sempre encontra a sua base fundante em torno da positivação de garantias e dignidade humana por parte do Estado; c) Pedagogia da conflitologia, cuja premissa essencial é atenuação dos litígios, evitando-se, com isso, a propagação das diversas formas de violência; d) Pedagogia da ecoformação, correlata aos preceitos ecológicos e ambientais, em que o ser humano é um dos constituintes de sistema planetário formado por diversas formas de vida; e) Pedagogia as vivências/convivências, que embora fundamentem-se nas interações biológicas entre seres humanos, também considera as inúmeras variáveis do corpo social e suas relações.

Perceber a paz a partir de seus aspectos fundantes ainda constitui considerável desafio, peculiarmente porque as balizas do mundo hodierno estão consolidadas em vertentes opostas. A competição ganha destaque em relação à cooperação. O litígio é estimulado e aceito pelos órgãos estatais, especialmente no esteio judiciário, que embora busque a pacificação social, organiza intermináveis conflitos em torno de um sem número de processos. Nesse mesmo roteiro ainda estão presentes as balizas que norteiam o próprio Estado, cujo monopólio da força ainda pode impingir a pena capital em diversas circunstâncias e momentos, seja no emprego das forças policiais, nos casos de guerra, ou ainda, nas impensadas medidas de combate à violência, que ao

contrário do proposto, estimulam ainda mais a própria violência. Isso reforça a percepção de que é possível, a partir dos números, construir indicadores específicos que estejam voltados para a questão da pacificação, em oposição à violência.

Mesmo que este cenário seja desafiador, existem indicativos demonstrando que é possível a redução dos níveis de violência. Isso foi observado em relação aos números brasileiros relacionados aos casos de homicídio na década de 2013-2023. Todavia, ainda há um enorme caminho a ser trilhado, onde o enfoque não seja somente a redução dos níveis de violência, mas sim, a procura por meios e a implementação de políticas efetivas que propaguem e divulguem as ferramentas que permitam um alargamento em torno da educação voltada para a paz e o fortalecimento dos mecanismos sociais que permitam que a cultura da pacificidade, sendo coletivo e “sentir-se parte” sejam as principais condutoras deste processo.

## REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Ranking Municípios IDH/2022**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Sobre. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/quem/3/sobre>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.826.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm)>. Aceso em: 25 nov. 2025.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE e STN divulgam a Conta Intermediária do Governo e Estatísticas de Finanças Públicas 2010-2013**. Publicada: 17 set. 2015. Atualizada: 31 mai. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15233-ibge-e-stn-divulgam-a-conta-intermediaria-do-governo-e-estatisticas-de-financas-publicas-2010-2013>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

IEP. Institute for Economics & Peace. **Global Peace Index**. Disponível em: <<https://www.economicsandpeace.org/global-peace-index/>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

IISS. International Institute for Strategic Studies. **Facts and Analysis**. Influence. Disponível em: <<https://www.iiss.org/>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Monitor de Homicídios: distribuição, dimensões e dinâmica da**

violência letal no mundo. Disponível em: <<https://igarape.org.br/temas/seguranca-publica/monitor-de-homicidios/>>. Acesso em: 26 nov. 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. Edição 2025. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

IPS BRASIL 2025. Disponível em: <<https://ipsbrasil.org.br/pt>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

GALTUNG, Johan; FISCHER, Dietrich. **Pioneer of Peace Research**. Springer: Heidelberg, New York, Dordrecht, London, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo, SP: Paulus, 1997.

NAVARRO, María Alba. **La multidimensionalidad de la paz**: aportes para la construcción de uma Cultura de Paz. 1ª Ed. Córdoba: Universidad Provincial de Córdoba Ediciones, 2022.

ONU. Organização as Nações Unidas. **Conflito do Afeganistão matou mais de 2,7 mil civis em nove meses**. Publicada: 18 out. 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/10/1642212>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PAOLI, Maria Cecília; BENEVIDES, Maria Victoria; PINHEIRO, Paulo Sérgio. DA MATTA, Roberto. **A violência brasileira**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1982.

PINTO, Luiz Fernando Guedes, et al. **Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - O mapa da desigualdade**. Boletim Sustentabilidade em Debate. Edição 10, abr. 2020. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/quem-sao-os-poucos-donos-das-terras-agricolas-no-brasil-o-mapa-da-desigualdade>>. Acesso em: 26 nov. 2025.

PTS. The Political Terror Scale. Disponível em: <<https://www.politicalterrorscale.org/>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SALLES FILHO. Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para a paz**: Olhares a partir da complexidade. Ponta Grossa, PR: Papyrus, 2019.

VISION OF HUMANITY. Índice Global da Paz. **Mapas e dados**. Disponível em: <<https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>>. Acesso em: 24 nov. 2025.